



Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

Departamento de Emprego e Salário

Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e Identificação Profissional

# SEGURO-DESEMPREGO

NOVAS REGRAS DO SEGURO-DESEMPREGO E DO ABONO SALARIAL  
- PERGUNTAS E RESPOSTAS -

FEVEREIRO – 2015

BRASÍLIA

1ª EDIÇÃO

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Departamento de Emprego e Salário.

Seguro-Desemprego. Novas Regras do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial – Perguntas e Respostas. Brasília: MTE, SPPE, DES, CGSAP, Fevereiro de 2015.

1. Políticas Públicas de Emprego. 2. Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. 3. Procedimentos e rotinas operacionais de Seguro-Desemprego – **Uso Interno**.

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego  
Departamento de Emprego e Salário  
Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e Identificação Profissional.

# Sumário

---

<b>Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>Informações Iniciais .....</b>	<b>6</b>
<b>Novas Regras do Seguro-Desemprego – Trabalhador Formal.....</b>	<b>7</b>
1. Houve alteração nas regras do Seguro-Desemprego? .....	7
5. Em relação ao requisito de habilitação para a primeira solicitação do benefício, 18 salários em 24 meses. Os salários devem ser consecutivos? .....	9
6. Em relação ao requisito de habilitação para a segunda solicitação do benefício, 12 salários em 16 meses. Os salários devem ser consecutivos? .....	9
7. Haverá Período Aquisitivo nas novas regras?.....	9
8. O que é Período Aquisitivo? .....	9
9. Quando começa a contagem do prazo de carência do Período Aquisitivo? .....	9
10. A modalidade Bolsa de Qualificação Profissional também será afetada pelas alterações da medida provisória? .....	10
11. Como ficará o Período Aquisitivo da modalidade Bolsa de Qualificação Profissional? .....	10
12. O que contará como pedido de Seguro-Desemprego para fins de verificação se é a primeira, segunda ou terceira solicitação? .....	10
13. Para fins de verificação, quais situações não serão contadas como efetiva solicitação? .....	10
14. É possível, então, existir 2 ou mais requerimentos para um trabalhador no sistema e ser contada apenas uma solicitação? .....	11
15. O vínculo de um requerimento que buscou o saldo de parcelas de um benefício anterior poderá ser utilizado para contagem de tempo de serviço em um requerimento posterior?.....	11
16. Havendo requerimento sem pagamento de parcelas, ele conta como efetiva solicitação? .....	11
17. Havendo requerimento sem pagamento de parcelas, os vínculos utilizados para contagem de tempo nesse pedido poderão ser utilizados novamente? .....	11
18. Os requerimentos anteriores à medida provisória serão levados em consideração para a contagem das solicitações ou a marcação da primeira, segunda ou terceira solicitação somente começará com novos requerimentos? .....	12
19. Os vínculos de requerimentos utilizados antes do início de vigência das novas regras poderão ser utilizados em novos pedidos? .....	12
20. Em qual regra será enquadrado o trabalhador que tiver o reconhecimento de vínculo empregatício anterior à vigência da medida provisória por sentença judicial?.....	12
21. O sistema vai notificar se o segurado tem menos de 18 salários ou meses?.....	12
<b>Novas Regras do Seguro-Desemprego – Pescador Artesanal .....</b>	<b>13</b>
22. Houve alteração nas regras do Seguro-Desemprego Pescador Artesanal? .....	13
23. Quando essas modificações passarão a ser exigidas? .....	13

24. Todos os pescadores que comparecerem ao posto de atendimento no dia 01 de abril já serão enquadrados nas novas regras? .....	13
25. Quais foram as mudanças que a media provisória trouxe? .....	13
26. Os pescadores que forem requerer o SDPA a partir de 1º de Abril de 2015 deverão procurar o INSS? .....	14
27. Aqueles que possuem registro como Pescador Profissional, mas que não exercem a atividade de pesca, mas atividades de apoio terão direito ao recebimento do benefício?..	15
28. Aqueles pescadores que, nos defesos 2013/2014, tinham um ano de RGP, e foram habilitados no benefício SDPA, terão que cumprir o critério de antecedência de três anos de RGP para se habilitarem ao SDPA a partir de 1º de abril de 2015?.....	15
29. Aqueles pescadores que completarão três anos de RGP somente no transcorrer do período do defeso terão direito ao recebimento do benefício SDPA? .....	15
30. O pescador que é beneficiário de programas de transferência de renda terá direito ao recebimento do benefício SDPA? .....	16
31. Como calcular a quantidade de parcelas a serem liberadas pelo benefício SDPA? .....	16
32. Como é realizado o recolhimento da contribuição previdenciária do Pescador Profissional Artesanal de que trata a Lei 10.779/2003? .....	16
<b>Novas Regras do Abono Salarial .....</b>	<b>18</b>
33. A Medida Provisória 665/2014 também alterou as regras do Abono Salarial? .....	18
34. Como é feita a contagem do tempo de cadastramento nos programas PIS/PASEP? .....	18
35. O trabalhador que possui os requisitos necessários receberá o Abono Salarial quando?....	18
36. Quando se inicia o calendário de pagamento do Abono Salarial? .....	18
37. O que é ano-base para fins de confirmação dos requisitos de habilitação? .....	18
38. Haverá alterações no valor pago ao trabalhador? .....	19
39. As novas regras valerão para o calendário de pagamento que tem início em julho deste ano? .....	19
40. Então para qual calendário de pagamento as novas regras serão exigidas? .....	19
41. Quem é o responsável pelo pagamento do benefício? .....	19
42. Resumo das alterações do Abono Salarial.....	20
<b>Contatos da Coordenação-Geral.....</b>	<b>21</b>

## Introdução

---

A edição da Medida Provisória 665, de 30 de dezembro de 2014, trouxe alterações no Programa do Seguro-Desemprego, que impactarão diretamente nas rotinas desempenhadas pelos agentes que atuam na rede de atendimento ao trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego – unidades próprias e descentralizadas.

Desta forma, com o objetivo de minimizar o conflito de informações que as alterações trarão à rede de atendimento, e buscando uniformizar o entendimento naquilo que a Medida Provisória estabelece, esta Coordenação-Geral produziu o referido documento intitulado “Novas Regras do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial – Perguntas e Respostas”, no formato de cartilha, contemplando informações de forma esclarecedora que certamente servirá de auxílio nas rotinas diárias de atendimento.

Os assuntos tratados em forma de perguntas e respostas visam esclarecer, especificamente, as alterações realizadas pela Medida Provisória nº 665/2014 nas regras do Seguro-Desemprego – modalidade “Formal, Bolsa de Qualificação Profissional e Pescador Artesanal” e também no Programa do Abono Salarial, portanto, será objeto deste documento tão somente o que for inovação e as consequências diretas com as novas regras.

Esperamos que o material seja amplamente disseminado para todos os agentes e que a leitura desta Cartilha documento seja incentivada por cada gerente de Seguro-Desemprego nas unidades próprias do Ministério do Trabalho, unidades conveniadas no âmbito do Sistema Nacional de Emprego e unidades da CAIXA.

Por fim, a Cartilha é apenas o início de trabalho que, sendo necessário, agregará mais subsídios, a partir de novos questionamentos formulados por cada um dos agentes envolvidos com o Seguro-Desemprego.

Esperamos, assim, contar com a contribuição de todos.

**COORDENAÇÃO-GERAL DO SEGURO-DESEMPREGO,  
DO ABONO SALARIAL E IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL – CGSAP**

## Informações Iniciais

---

Antes de iniciarmos a leitura da Cartilha, é necessário atentarmos para os seguintes termos que podem ser utilizados no documento:

- **MP:** Medida Provisória
- **Pedido:** Refere-se ao ato de requerer o benefício do Seguro-Desemprego, ou seja, é a inclusão do requerimento no Sistema.
- **Solicitação:** Refere-se ao número de pedidos de Seguro-Desemprego que o trabalhador possui no Sistema. Ainda com relação ao termo “solicitação”, este poderá ser classificado de 1 a 3, dependendo da quantidade de requerimentos com parcela paga existentes no Sistema.
- **BQP:** Seguro-Desemprego na modalidade **Bolsa de Qualificação Profissional**, que por exigência legal, está equiparada às mesmas regras do Seguro-Desemprego – modalidade Formal.
- **SDPA:** Seguro-Desemprego na modalidade **Pescador Artesanal**.
- **RGP:** Registro Geral da Atividade Pesqueira.
- **PIS:** Programa de Integração Social. Este programa destina-se para os trabalhadores da iniciativa privada.
- **PASEP:** Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Este programa destina-se para os trabalhadores do setor público.

## Novas Regras do Seguro-Desemprego – Trabalhador Formal

### 1. Houve alteração nas regras do Seguro-Desemprego?

Sim. A Medida Provisória nº 665, publicada no Diário Oficial da União – edição de 30 de Dezembro de 2014, impôs, entre outras, novas exigências para que o trabalhador possa requerer o Seguro-Desemprego na modalidade “Formal e Bolsa de Qualificação Profissional”.

### 2. Quando essas modificações passarão a ser exigidas?

A medida provisória conferiu prazo de 60 dias contados a partir da data de publicação. Desta forma, as novas regras passarão a valer dia 28 de fevereiro de 2015.

### 3. Todos os trabalhadores que comparecerem aos postos de atendimento no dia 28 de fevereiro já serão enquadrados nas novas regras?

Não. As novas regras somente atingirão os trabalhadores que forem demitidos a partir do dia 28 de fevereiro. Desta forma, os trabalhadores que tiverem demissão anterior a essa data ainda estarão sujeitos às regras antigas. Sendo assim, podemos afirmar que a data de referência para verificar se o trabalhador será vinculado nas novas regras ou nas antigas é a data de demissão.

### 4. Quais foram as mudanças que a medida provisória trouxe?

A nova regra criou uma marcação para a quantidade de solicitações de Seguro-Desemprego. Assim, as três primeiras solicitações do benefício passarão a ter um tratamento diferenciado. Para melhor entendimento, verifique a tabela abaixo:

Quantidade de Solicitações	Requisitos
1ª Solicitação	Ter recebido 18 salários, consecutivos ou não, nos últimos 24 meses imediatamente anteriores à dispensa, e trabalhado 18 meses, consecutivos ou não, nos últimos 36 meses

	imediatamente anteriores à dispensa.
2ª Solicitação	Ter recebido 12 salários, consecutivos ou não, nos últimos 16 meses imediatamente anteriores à dispensa, e trabalhado 12 meses, consecutivos ou não, nos últimos 36 meses imediatamente anteriores à dispensa.
3ª Solicitação e Posteriores	Ter recebido 6 salários consecutivos e trabalhado 6 meses nos últimos 36 meses imediatamente anteriores à dispensa.

Tabela 1 – Novos Requisitos de Habilitação.

Além das alterações dos requisitos de habilitação, conforme exemplificadas acima, houve também modificações com relação ao quantitativo de parcelas devidas. O quadro abaixo traz a quantidade de parcelas que serão liberadas para o trabalhador:

Quantidade de Solicitações	Parcelas
1ª Solicitação	<b>4 Parcelas</b> – Comprovar vínculo (s) de no mínimo 18 e no máximo 23 meses.
	<b>5 Parcelas</b> – Comprovar vínculo (s) de no mínimo 24 meses.
2ª Solicitação	<b>4 Parcelas</b> – Comprovar vínculo (s) de no mínimo 12 e no máximo 23 meses.
	<b>5 Parcelas</b> – Comprovar vínculo (s) de no mínimo 24 meses.
3ª Solicitação e Posteriores	<b>3 Parcelas</b> – Comprovar vínculo (s) de no mínimo 6 e no máximo 11 meses.
	<b>4 Parcelas</b> – Comprovar vínculo (s) de no mínimo 12 e no máximo 23 meses.
	<b>5 Parcelas</b> – Comprovar vínculo (s) de no mínimo 24 meses.

Tabela 2 – Quantidade de Parcelas na Nova Regra.

Em relação ao quantitativo de parcelas, frisamos que é possível o cômputo de vínculos anteriores na contagem. Entretanto, a Medida Provisória afirma que é “vedado o



cômputo de vínculos empregatícios utilizados em períodos aquisitivos anteriores”. Então, de acordo com a previsão legal, o vínculo uma vez utilizado para a habilitação do Seguro-Desemprego ou para aumentar a contagem de parcelas, não poderá ser utilizado para outras solicitações do benefício.

**5. Em relação ao requisito de habilitação para a primeira solicitação do benefício, 18 salários em 24 meses. Os salários devem ser consecutivos?**

Não. Neste caso não há obrigatoriedade dos salários serem recebidos consecutivamente pelo trabalhador, uma vez que, a medida provisória afirma que ele deverá comprová-los dentro do período de 24 meses imediatamente anteriores à data da dispensa.

**6. Em relação ao requisito de habilitação para a segunda solicitação do benefício, 12 salários em 16 meses. Os salários devem ser consecutivos?**

Não. Neste caso não há obrigatoriedade dos salários serem recebidos consecutivamente pelo trabalhador, uma vez que, a medida provisória afirma que ele deverá comprová-los dentro do período de 16 meses imediatamente anteriores à data da dispensa.

**7. Haverá Período Aquisitivo nas novas regras?**

Sim, haverá Período Aquisitivo. Ele não sofrerá alteração alguma, ou seja, continuará sendo feita a contagem de, no mínimo, 16 meses para que o trabalhador possa requerer um novo benefício e nesse caso independe se ele solicitará pela segunda ou terceira vez.

**8. O que é Período Aquisitivo?**

O Período Aquisitivo é a carência que deverá ser cumprida entre as habilitações no benefício. Desta forma, não é permitido, por exemplo, que o trabalhador, mesmo cumprindo os requisitos para uma nova habilitação, se habilite a um novo benefício caso venha a sofrer uma nova dispensa sem justa causa antes do término da carência proposta pelo Período Aquisitivo, ou seja, antes de transcorrido o prazo de 16 meses da dispensa que gerou a habilitação anterior.

**9. Quando começa a contagem do prazo de carência do Período Aquisitivo?**

O Período Aquisitivo é contado levando-se em consideração como data de referência o dia de dispensa do trabalhador. Sendo assim, o período de carência de 16 meses começará a contar do dia da demissão.

**10. A modalidade Bolsa de Qualificação Profissional também será afetada pelas alterações da medida provisória?**

Sim. Os critérios de habilitação para requerer o benefício na modalidade Bolsa de Qualificação Profissional são os mesmos da modalidade Formal, ou seja, também deverá ser contado o número de solicitações (incluindo, neste caso, os requerimentos tanto da modalidade Formal, quando da Bolsa de Qualificação Profissional) para verificação dos critérios de habilitação, bem como as demais mudanças propostas pela medida provisória.

**11. Como ficará o Período Aquisitivo da modalidade Bolsa de Qualificação Profissional?**

A contagem do Período aquisitivo também não mudou para essa modalidade. Serão contados 16 meses posteriores à data de início da suspensão.

**12. O que contará como pedido de Seguro-Desemprego para fins de verificação se é a primeira, segunda ou terceira solicitação?**

Será contado como efetiva solicitação o requerimento de Seguro-Desemprego que for habilitado e fizer o pagamento de ao menos uma parcela do benefício ou, excepcionalmente, o requerimento habilitado que, teve parcelas suspensas por Reemprego e repassou as parcelas como saldo para o requerimento posterior.

**13. Para fins de verificação, quais situações não serão contadas como efetiva solicitação?**

- a. Requerimentos que não fizerem pagamento de ao menos uma parcela. Excepcionalmente, lembramos que o requerimento habilitado que teve parcelas suspensas por reemprego e repassou as parcelas como saldo para requerimento posterior também contará como efetiva solicitação.
- b. Requerimentos que tiverem todas as parcelas restituídas;
- c. Requerimentos que visam buscar apenas o saldo de parcelas de uma habilitação anterior.

**14. É possível, então, existir 2 ou mais requerimentos para um trabalhador no sistema e ser contada apenas uma solicitação?**

Sim. Conforme dito acima, será contado como efetiva solicitação e entrarão para a contagem os requerimentos que tiverem ao menos uma parcela paga e que não sejam requerimentos que busquem apenas o saldo de parcelas de Seguro anterior. *(Ver exceção prevista no item 12).*

**15. O vínculo de um requerimento que buscou o saldo de parcelas de um benefício anterior poderá ser utilizado para contagem de tempo de serviço em um requerimento posterior?**

Sim. De acordo com a medida provisória é “*vedado o cômputo de vínculos empregatícios utilizados em períodos aquisitivos anteriores*”, ou seja, somente vínculos que figurarem em requerimentos que forem marcados como efetiva solicitação é que não poderão mais ser contados para outros pedidos do benefício. Como o requerimento de saldo de parcelas serve apenas para reaver os valores bloqueados em pedidos anteriores por causa de reemprego, eles poderão sim ser utilizados em outros requerimentos para aumentar a quantidade de parcelas ou para cumprir os requisitos de habilitação.

**16. Havendo requerimento sem pagamento de parcelas, ele conta como efetiva solicitação?**

Não. Conforme dito anteriormente, somente entram para a contagem de solicitações os requerimentos que tenham ao menos uma parcela paga. Porém, se o requerimento objetiva a percepção de saldo de parcela e tiver ao menos uma parcela paga, também não contará. *(Ver exceção Prevista no Item 12).*

**17. Havendo requerimento sem pagamento de parcelas, os vínculos utilizados para contagem de tempo nesse pedido poderão ser utilizados novamente?**

Sim. Os vínculos somente não poderão ser utilizados quando eles figurarem em um requerimento em que tenha o pagamento de ao menos uma parcela e este for contado como efetiva solicitação. Porém, em caso de saldo de parcela, o vínculo pode ser contado em pedidos posteriores.

**18. Os requerimentos anteriores à medida provisória serão levados em consideração para a contagem das solicitações ou a marcação da primeira, segunda ou terceira solicitação somente começará com novos requerimentos?**

Os requerimentos anteriores serão considerados para a apuração da contagem de solicitações do trabalhador, ou seja, o requerente que já se habilitou em duas oportunidades distintas antes de 28 de fevereiro de 2015, caso peça um novo Seguro-Desemprego após essa data, essa nova inclusão será contada como terceira solicitação.

**19. Os vínculos de requerimentos utilizados antes do início de vigência das novas regras poderão ser utilizados em novos pedidos?**

Não. Mesmo que os vínculos tenham sido utilizados em requerimentos anteriores à vigência das novas regras eles não poderão ser utilizados nos novos pedidos.

**20. Em qual regra será enquadrado o trabalhador que tiver o reconhecimento de vínculo empregatício anterior à vigência da medida provisória por sentença judicial?**

No caso de sentença judicial comprovando vínculo empregatício anterior à data de vigência da medida provisória, o requerimento será enquadrado nas regras vigentes à época em que consta a data de demissão do trabalhador, ou seja, levando em consideração uma data de demissão do ano de 2010, o requerimento seria enquadrado nas antigas regras.

**21. O sistema vai notificar se o segurado tem menos de 18 salários ou meses?**

Sim. Será notificado “Quantidade de meses insuficientes” ou “Quantidade de salários insuficientes”, devendo ser feito recurso 530, 520 ou 515 para análise da situação. O mesmo se aplica para a quantidade de 18 meses/salários, 12 meses/salários ou 6 meses/salários.

O sistema fará os batimentos automaticamente de acordo com os critérios da legislação em vigor.

## Novas Regras do Seguro-Desemprego – Pescador Artesanal

---

### **22. Houve alteração nas regras do Seguro-Desemprego Pescador Artesanal?**

Sim. A Medida Provisória nº 665, publicada no Diário Oficial da União – edição de 30 de Dezembro de 2014, impôs, entre outras, novas exigências para que o pescador artesanal possa requerer o Seguro-Desemprego na modalidade “Pescador Artesanal”.

### **23. Quando essas modificações passarão a ser exigidas?**

A medida provisória estabelece que o art. 2º e o inciso IV do caput do art. 4º entram em vigor a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente à data de sua publicação. Desta forma, as novas regras passarão a valer dia 01 de abril de 2015.

### **24. Todos os pescadores que comparecerem ao posto de atendimento no dia 01 de abril já serão enquadrados nas novas regras?**

Não. As novas regras de habilitação somente atingirão os pescadores os quais os defesos têm início a partir de 01 de abril. Desta forma, os pescadores cujo defeso teve início anteriormente a essa data ainda estarão sujeitos às regras antigas. Sendo assim, podemos afirmar que a data de referência para verificar se a habilitação do pescador será vinculada às antigas, ou às novas regras, é a data de início do defeso.

### **25. Quais foram as mudanças que a media provisória trouxe?**

Inicialmente, a Medida Provisória apresenta mudanças relacionadas ao órgão executor do Programa. As atividades de recebimento e processamento dos requerimentos, assim como de habilitação aos beneficiários, antes executadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego serão, a partir de 01 de Abril de 2015, de competência do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Além disso, a MP deu ênfase à necessidade de exercer a atividade pesqueira de forma exclusiva e ininterrupta para o cumprimento das especificações de enquadramento ao benefício, explicitando também que o benefício não será extensível às atividades de apoio à

pesca, ou aos familiares do pescador artesanal que não satisfaçam os requisitos previstos em Lei.

Ressaltou-se ainda que o benefício é pessoal e intransferível, e que o pescador não fará jus a mais de um benefício de seguro-desemprego no mesmo ano decorrente de espécies distintas.

As novas regras trazidas pela MP estabelecem que o período de recebimento do benefício limitar-se-á, via de regra, ao limite máximo variável de que trata o caput do art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, fixado, atualmente, em cinco meses de recebimento do benefício no valor de um salário mínimo mensal.

Os critérios de elegibilidade ao benefício tornaram-se mais extensos. Dessa forma, para fazer jus ao benefício, além dos critérios já apresentados, o pescador *(i)* não poderá estar em gozo de nenhum benefício decorrente de programa de transferência de renda com condicionalidades ou de benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte e auxílio-acidente, devendo apresentar ao INSS o *(ii)* registro como Pescador Profissional, categoria artesanal, devidamente atualizado no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, emitido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, com antecedência mínima de três anos, contados da data do requerimento do benefício, assim como *(iii)* a nota fiscal de venda do pescado, ou o comprovante de contribuição previdenciária.

## **26. Os pescadores que forem requerer o SDPA a partir de 1º de Abril de 2015 deverão procurar o INSS?**

Sim. Conforme alteração trazida pela Medida Provisória 665/2014, o art. 2º da Lei 10.779/2003, a partir de 1º de abril de 2015, passará a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 2º Cabe ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS receber e processar os requerimentos e habilitar os beneficiários nos termos do regulamento.*

Sendo assim, a partir da data determinada, caberá exclusivamente ao INSS a execução das ações de recepção, processamento e habilitação ao benefício. Logo, os processos de recepção de defesos em atividade neste Ministério do Trabalho e Emprego no período de transição serão transferidos ao INSS em 01 de abril de 2015.

**27. Aqueles que possuem registro como Pescador Profissional, mas que não exercem a atividade de pesca, mas atividades de apoio terão direito ao recebimento do benefício?**

Não. A MP é taxativa quando o assunto é o destinatário do benefício Seguro-Desemprego Pescador Artesanal. O § 5º do art. 2º da Lei 10.779/2003 passará a vigor com a seguinte redação:

*§ 5º A concessão do benefício não será extensível às atividades de apoio à pesca e nem aos familiares do pescador profissional que não satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei.*

Nesse sentido, somente os pescadores profissionais artesanais que se dedicam à extração do pescado tem direito ao benefício SDPA.

**28. Aqueles pescadores que, nos defesos 2013/2014, tinham um ano de RGP, e foram habilitados no benefício SDPA, terão que cumprir o critério de antecedência de três anos de RGP para se habilitarem ao SDPA a partir de 1º de abril de 2015?**

Sim. A MP apresenta novos parâmetros aos critérios de habilitação ao benefício. Assim, para se habilitar ao benefício SDPA, o pescador deve ter, na data do requerimento ao benefício, três anos completos de Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP.

Nesse sentido, mesmo aqueles que anteriormente habilitaram-se ao benefício, mas que, a partir de 1º de abril de 2015, não cumpram o critério de habilitação de três anos de RGP, não terão direito ao seu recebimento.

**29. Aqueles pescadores que completarão três anos de RGP somente no transcorrer do período do defeso terão direito ao recebimento do benefício SDPA?**

Sim. Contudo, há de se observar que, em razão dos critérios de habilitação, que limitam o benefício SDPA àqueles que, **na data de requerimento ao benefício**, possuam três anos de RGP, o prazo de requerimento ao benefício daqueles que terão três anos de RGP completos durante o transcorrer do período do defeso reduzir-se-á da data do aniversário do 3º ano do RGP, até o fim do defeso. Ressaltamos, contudo, que aqueles defesos cujo período de duração for superior a 180 dias, o prazo de requerimento limita-se ao 180º dia.

**30. O pescador que é beneficiário de programas de transferência de renda terá direito ao recebimento do benefício SDPA?**

Não. A MP trouxe uma ampliação ao rol de critérios de elegibilidade ao SDPA, dentre os quais determina, no § 1º do Art. 2º, que o pescador não poderá estar em gozo de nenhum benefício decorrente de programa de transferência de renda com condicionalidades para fazer jus ao benefício.

**31. Como calcular a quantidade de parcelas a serem liberadas pelo benefício SDPA?**

Segundo as mudanças trazidas pela MP, via de regra, o período de recebimento do benefício SDPA não poderá exceder o limite máximo variável de que trata o **caput** do art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Dessa forma, as parcelas a serem concedidas serão proporcionais à duração do período de defeso, limitando-se a **cinco parcelas**, conforme tabela abaixo:

Dias de defeso	Quantidade de parcelas
30-44	1
45-74	2
75-104	3
105-134	4
Acima de 135	5

*Tabela 3 – Quantidade de Parcelas do SDPA.*

Cabe observar, contudo, previsão apresentada pela MP que estabelece que, excepcionalmente, o período máximo de recebimento do benefício pode ser prolongado por até dois meses, a critério do CODEFAT. Assim, excepcionalmente, caso seja definido pelo CODEFAT, as parcelas máximas do benefício podem limitar-se a sete.

**32. Como é realizado o recolhimento da contribuição previdenciária do Pescador Profissional Artesanal de que trata a Lei 10.779/2003?**

A Lei nº 8.212, de 24 de julho 1991, estabelece que o pescador profissional artesanal, que atua para fins comerciais, deve realizar contribuição mensal incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção.



Nesse sentido, o número de contribuições a serem realizadas deve ser equivalente aos doze meses anteriores à data do início do defeso, ou ao período compreendido entre o fim do defeso anterior e o solicitado, o que for menor.

No caso de apresentação do comprovante do recolhimento da contribuição previdenciária, deve-se observar o teor da Instrução Normativa RFB nº 1.238/2012, de 11 de janeiro de 2012, que proíbe a utilização de documento de arrecadação previdenciária de valor inferior a R\$ 10,00. O seu Parágrafo 1º prevê ainda:

*“§ 1º Se o valor a recolher na competência for inferior ao valor mínimo estabelecido no caput, deverá ser adicionado ao devido na competência seguinte, e assim sucessivamente, até atingir o valor mínimo permitido para recolhimento...”*

Tendo por base estas orientações, **não é imperativa** a ideia de que o pescador artesanal deve apresentar uma GPS por mês, pois, se o equivalente a 2,3% da receita bruta proveniente da comercialização mensal de sua produção não atingir o valor mínimo exigido, ele poderá acumular os valores, até que o montante seja equivalente ao valor mínimo estipulado pela Receita Federal do Brasil.

## Novas Regras do Abono Salarial

---

### **33. A Medida Provisória 665/2014 também alterou as regras do Abono Salarial?**

Sim. Com o advento das novas regras, é preciso que o trabalhador comprove no mínimo cinco anos de cadastro nos Programas PIS ou PASEP e, além disso, é necessária a comprovação de vínculo empregatício de ao menos 180 dias ininterruptos de atividade remunerada no ano-base, com recebimento de até dois salários mínimos médios de remuneração no período trabalhado.

### **34. Como é feita a contagem do tempo de cadastramento nos programas PIS/PASEP?**

Para fins de contagem de prazo, leva-se em consideração o ano em que foi feito o cadastro, desconsiderando, neste caso, o dia e o mês de cadastramento. Ainda, é necessário afirmar que o ano em que foi realizado o cadastro, já é computado como um ano. Por exemplo, o trabalhador que realizou cadastro em um dos programas em 2010, terá completado os 5 anos necessários em 2014.

### **35. O trabalhador que possui os requisitos necessários receberá o Abono Salarial quando?**

O trabalhador que possui os critérios de habilitação necessários receberá o benefício no calendário de pagamento subsequente ao cumprimento dos requisitos.

### **36. Quando se inicia o calendário de pagamento do Abono Salarial?**

O calendário tem início em julho do ano corrente até junho do ano seguinte. Sendo assim, por exemplo, o calendário de 2015 começa em julho e termina em Junho de 2016. Além disso, é necessário ressaltar que para a aferição dos requisitos é utilizado a declaração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do ano anterior (ano-base) ao início do calendário de pagamento.

### **37. O que é ano-base para fins de confirmação dos requisitos de habilitação?**

O ano-base compreende o ano anterior ao início do calendário de pagamento do benefício. Desta forma, o ano-base para o calendário de pagamento que tem início em julho de 2015 é todo o ano de 2014. Lembrando que a verificação dos trabalhadores que terão direito ao pagamento do Abono Salarial é feita com base na RAIS referente ao ano-base, cuja responsabilidade pelo envio da declaração/acerto é do empregador.

### 38. Haverá alterações no valor pago ao trabalhador?

Sim. Na antiga regra o trabalhador que possuía os critérios de habilitação da época, recebia, invariavelmente, um salário mínimo. Agora, com as novas regras, o pagamento será proporcional aos meses trabalhados, variando de meio salário mínimo até um salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, seguindo as seguintes regras:

Meses Trabalhados no Ano-Base	Cálculo
6 meses	$\frac{6}{12}$ meio salário mínimo.
7 meses	$\frac{7}{12}$ salário mínimo.
8 meses	$\frac{8}{12}$ salário mínimo.
9 meses	$\frac{9}{12}$ salários mínimo.
10 meses	$\frac{10}{12}$ salário mínimo.
11 meses	$\frac{11}{12}$ salário mínimo.
12 meses	$\frac{12}{12}$ um salário mínimo integral.

Tabela 4 – Valor do Benefício na Nova Regra.

### 39. As novas regras valerão para o calendário de pagamento que tem início em julho deste ano?

Não. Para o calendário que se inicia este ano, como o ano-base é 2014, as regras que valerão serão as que estavam em vigor anteriormente.

### 40. Então para qual calendário de pagamento as novas regras serão exigidas?

Serão exigidas para o calendário de pagamento que tem início em julho de 2016 e que tem como ano-base a ano de 2015.

### 41. Quem é o responsável pelo pagamento do benefício?

Nos casos dos trabalhadores vinculados ao Programa PIS, o pagamento será efetuado pela Caixa Econômica Federal. No caso dos trabalhadores vinculados ao Programa

PASEP, o pagamento será realizado pelo Banco do Brasil. Lembrando que se o trabalhador possuir, no ano-base, vínculo público e privado, o administrado do cadastro e consequentemente o agente pagador, será o Banco do Brasil.

#### 42. Resumo das alterações do Abono Salarial.

<b>CrITÉRIOS de habilitação e Valor pago</b>	<b>Alterado?</b>	<b>MP 665/2014</b>
Estar cadastrado nos Programas PIS/PASEP há pelo menos cinco anos.	Não	A alteração formulada pela Medida Provisória preservou a exigência do trabalhador estar cadastrado há pelo menos 5 anos nos Programas PIS/PASEP.
Ter recebido de empregadores que contribuem para os Programas PIS/PASEP, até dois salários mínimos médios de remuneração mensal.	Não	A alteração exigida na Medida Provisória preservou o direito do Abono Salarial para os trabalhadores que no ano base possuem rendimentos médios de até 2 salários mínimos.
Ter exercido atividade remunerada pelo menos durante trinta dias no ano-base.	Sim	Para acessar o Abono Salarial o trabalhador deverá ter atividade remunerada de, no mínimo, 180 dias no ano base, contudo, de forma ininterrupta.
Invariavelmente um salário mínimo vigente a data de pagamento.	Sim	O pagamento será proporcional ao tempo de serviço do ano-base. (Conforme: <i>Tabela 4 – Valor do Benefício na Nova Regra</i> ).

*Tabela 5 – Resumo das Novas Regras do Abono Salarial.*

## Contatos da Coordenação-Geral

---

### **COORDENAÇÃO-GERAL DO SEGURO-DESEMPREGO, DO ABONO SALARIAL E IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL.**

Esplanada dos Ministérios, Bloco “F”, sobreloja Sala 47. CEP 70059-900

Brasília/Distrito Federal

Telefone: (61) 2031-6679

E-Mail: [cgsap.sppe@mte.gov.br](mailto:cgsap.sppe@mte.gov.br)